

Carreiras de Estado apresentam propostas para o enfrentamento à Covid-19

Em videoconferência realizada na terça-feira (31/3), as entidades afiliadas ao Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate), entre elas a ANFIP, finalizaram uma proposta emergencial para o enfrentamento da crise econômica provocada pelo distanciamento social necessário à mitigação do contágio pelo coronavírus.

O documento inicia com uma análise sobre a gravidade e o ineditismo da crise provocada pela Covid-19, prevendo uma recessão que pode passar de 15% do PIB. E apresenta sugestões para “fazer o necessário em defesa da vida, da população e da economia”.

O Fórum sugere a suspensão das regras fiscais atuais, como a Emenda Constitucional 95, que trata do teto dos gastos públicos, e propõe suspender momentaneamente a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Liberar um orçamento ilimitado para a saúde, garantir renda para famílias e trabalhadores mais vulneráveis e fazer um reforço do sistema de proteção social estão entre as propostas.

Ainda pensando nas condições dos trabalhadores diante da crise, o Fonacate

pontua a necessidade de suspensão temporária de multas, juros e outras penalidades decorrentes de pagamentos como aluguéis, escolas, planos de saúde e serviços de utilidade pública.

A proteção ao emprego formal; alinhamento federativo e ampliação das condições de atuação dos estados e municípios na crise; criação de uma linha de empréstimos do Banco Central a empresas em dificuldades também estão entre as proposições.

Outra pauta defendida, em especial pelas entidades que compõem as carreiras do Fisco, é a regulamentação imediata do imposto sobre grandes fortunas. “Uma das principais finalidades da adoção de uma tributação sobre a riqueza é a melhoria na redistribuição da renda, evitando-se que exista alta concentração de renda em um extrato ínfimo da população”, destaca a proposta.

E, por fim, o documento enaltece a importância das carreiras de Estado nesse momento de crise. Servidores que tomaram medidas fundamentais para garantir saúde, bem-estar, atendimento e assistência à população.

A exemplo dos diplomatas brasileiros, auxiliando no repatriamento dos cidadãos que estão fora do país; dos analistas de comércio exterior, que atuam em parceria com a indústria nacional para o aumento da produção de respiradores; dos auditores fiscais do trabalho, que orientam sobre segurança nos hospitais e nos serviços essenciais; dos defensores públicos, que buscam o monitoramento dos viajantes e a imposição de barreiras sanitárias em portos e aeroportos, dentre outros casos. Sem deixar de citar, é claro, os profissionais do SUS, pesquisadores e tantos outros servidores públicos que estão na linha de frente do enfrentamento dessa crise global.

Para o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, o conjunto de propostas é uma forma de ajudar o governo a enfrentar os imensos desafios do momento, mas também um chamado à responsabilidade social e à solidariedade, valores fundamentais para o enfrentamento de quaisquer crises dessa natureza.

O deputado federal professor Israel Batista (PV/DF) fez a abertura da reunião e parabenizou o Fonacate pela iniciativa.

Fisco apresenta propostas para enfrentamento da crise

Página 2

ANFIP mantém atendimento a associados

Página 4

Atenção com golpes sobre coronavírus

Página 4

Carreiras do fisco apresentam propostas para enfrentamento da crise

Em busca de maior celeridade ao enfrentamento da crise econômica gerada pela pandemia da Covid-19, as carreiras da fiscalização tributária do Brasil uniram-se em prol da sociedade. Visto que o grande desafio do Estado brasileiro será o de conciliar o aumento expressivo de demandas da sociedade aliada à inevitável queda de arrecadação, fruto da abrupta redução da atividade econômica, os servidores com expertise na área tributária desenvolveram propostas de curto e médio prazos para apreciação das autoridades governamentais e do Congresso Nacional.

As carreiras, representadas pela ANFIP, Sindifisco Nacional, Unafisco Associação, Fenafim, Fenafisco e Febrafite, salientam que as iniciativas no campo financeiro e monetário tomadas pelo Banco Central do Brasil não serão suficientes para garantir a empregabilidade dos brasileiros por mais tempo. Por isso, há necessidade de que medidas tributárias emergenciais sejam tomadas.

Na proposta, foram identificados os segmentos econômicos que podem colaborar com as necessidades do conjunto da sociedade e com a reativação da economia. São contribuintes e setores com capacidade contributiva, seja em razão do patrimônio acumulado, seja porque, a despeito da crise, suas atividades e receitas tendem a ser mantidas ou até mesmo incrementadas.

Ainda assim, buscou-se resguardar as pessoas de baixa renda e desonerar as empresas mais fragilizadas economicamente, com

objetivo de garantir os empregos por elas gerados.

Todas as receitas tributárias decorrentes das medidas elencadas deverão ser partilhadas entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para o enfrentamento da calamidade de saúde pública e dos seus impactos na economia.

Resumo das propostas de desoneração tributária e de incentivo à economia:

1. Isenção total de tributos, até abril de 2021, para micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional, com faturamento anual de até R\$ 1,2 milhão, nos meses em que o seu faturamento apresentar decréscimo de ao menos 20% em relação a igual período do ano anterior.

2. Redução ou eliminação da arrecadação compulsória para o Sistema S, incidente sobre a folha de salários, de forma que a adesão ao sistema e os pagamentos sejam feitos livremente, mediante convênios com as empresas.

3. Utilização da taxa de câmbio de 31/12/2019 para o cálculo dos tributos incidentes sobre importação. Isso tem efeitos relevantes para o cálculo do II, IPI vinculado, Cofins e ICMS, na importação.

Resumo das propostas de incremento de arrecadação, sem prejuízos à retomada da economia

4. Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) permanente + Empréstimo Compulsório sobre a mesma base em 2020 - Incidência de alíquotas progressivas de até 3% sobre grandes fortunas, com objetivo de alcançar uma alíquota efetiva de 2,5%.

5. Contribuição Social (em caráter temporário), com alíquota de 20%, incidente sobre todas as receitas financeiras de todos e quaisquer fundos, inclusive do Tesouro Direto.

Resumo de propostas para Instituições financeiras

6. Acréscimo temporário de 15% na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e de 4% na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins.

7. Tributação do ganho cambial extraordinário auferido pelo setor de exportação nesse período de crise, com alíquota de 10%, incidente sobre os contratos de câmbio de exportação fechados acima da cotação de 4,45 reais por dólar, independentemente da data de liquidação.

8. Empréstimo Compulsório, com alíquota de 15%, incidente sobre o lucro líquido auferido em 2019, e distribuído em 2020, de empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões.

9. Empréstimo Compulsório, com alíquota de 25%, incidente sobre os lucros e dividendos remetidos ao exterior em 2020. A alíquota deverá ser majorada para 50% caso o destinatário esteja localizado em paraíso fiscal.

10. Alteração, por Resolução do Senado, da alíquota máxima do Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para 30%, permitindo aos Estados e Distrito Federal maior autonomia para imprimir aplicação mais progressiva deste tributo, em alinhamento com a experiência internacional.

Expediente Linha Direta

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251-8100
Whatsapp: (61) 98289-5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Taynara Aires e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIO
Manina Rodrigues
Thayná Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfip_



www.facebook.com/anfipnacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

ASSUNTOS JURÍDICOS

ANFIP vai ao TCU cobrar pendências do Bônus

Associados com pendência de recebimento devem informar situação com urgência

AANFIP irá apresentar petição junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) solicitando o restabelecimento do valor do Bônus de Eficiência aos associados que não tiveram o pagamento da rubrica em algum período. A Entidade, junto ao seu corpo jurídico, já ajuizou outras duas demandas judiciais para resguardar os direitos dos associados – 1010291-32.2018.4.01.3400 e 1001476-46.2018.4.01.3400 -, bem como continua buscando a via administrativa para resolver todo o imbróglia a respeito do tema, como atuação contínua junto à Cogep.

Dessa forma, é necessário que os Auditores Fiscais que eventualmente tenham pendência no recebimento do Bônus informem, com URGÊNCIA, à ANFIP, para inclusão na lista que será apresentada ao TCU, para que os pagamentos sejam restabelecidos e o problema solucionado.

Os contatos do Setor Jurídico são: juridico@anfip.org.br ou (61) 98176-9051 (whatsapp) e 3004-9197.

Entenda o caso

A ANFIP, desde janeiro de 2018, vem envidando os esforços necessários para restabelecer os pagamentos do Bônus de Eficiência em favor de todos os associados aposentados e pensionistas.

A primeira medida buscada foi impetrar Mandado de Segurança perante o Supremo Tribunal Federal (STF), sob o n.º 35.500, em face do ato coator lavrado pelo TCU, que determinou que o setor de pagamento de pessoal efetuasse o corte da rubrica em face dos aposentados e pensionistas.

Posteriormente, o ministro relator, Alexandre de Moraes, ao apreciar o pedido liminar do referido Mandado de Segurança, determinou que: “o Tribunal de Contas da União, nos casos concretos submetidos à sua apreciação, se abstenha de afastar a incidência dos §§ 2º e 3º dos artigos 7º e 17 da Medida Provisória 765/2016, convertida na Lei 13.464/2017”.

Acontece que, mesmo após a

concessão da medida liminar pelo STF, a Corte de Contas da União, quando da homologação das aposentadorias, continuou proferindo decisões suspendendo o pagamento do Bônus, em clara violação do comando da decisão liminar.

Diante do novo cenário, a ANFIP passou a militar em favor dos seus associados junto à Cogep para restabelecer todos os pagamentos, sendo que foram vários ofícios e despachos organizados pela Associação juntamente com o seu corpo jurídico.

Contudo, mesmo após a decisão do STF, alguns associados permaneceram com o pagamento do Bônus de Eficiência suspenso, alguns por apenas alguns meses que, aos poucos, foram sendo restabelecidos, com a intervenção da ANFIP junto à Cogep.

Agora, a Entidade conta com a colaboração dos seus associados para formatar e apresentar a lista dos que ainda se encontram com pendência no pagamento junto ao TCU.

Em reunião, ANFIP reitera providências na ação da GDAT

A reunião realizada na quinta-feira (2/4), por webconferência, teve o intuito de solicitar, ao escritório que representa a ANFIP, novas informações sobre a situação do processo da Gratificação de Desempenho da Atividade Tributária (GDAT) perante a Justiça. O advogado da ação, Aldir Passarinho, disse que o momento é crítico. “Estamos vivendo uma pandemia e não há expectativas de que o processo tenha maior agilidade”.

Apesar do atual cenário, o presidente Décio Bruno Lopes informou que todos os prazos recursais foram suspensos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), passando a contar, pelo período faltante, a partir do dia 30 de abril. A apresentação dos recursos pela União deverá ocorrer apenas a partir do término desse prazo. O presidente afirmou, ainda, que “os

associados aguardam ansiosamente o recebimento dos valores controversos da GDAT. Muitos precisam receber pelos mais diversos motivos”.

No entanto, o advogado explicou que, no momento atual, não há nenhuma alternativa segura e viável para que os valores sejam desbloqueados, mas quando o processo for enviado ao Superior Tribunal de Justiça, poderemos ter decisão favorável quanto ao resgate dos valores já depositados.

Segundo a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, o ideal é que a ação chegue o quanto antes ao STJ. “A ANFIP está empenhada para finalizar o processo. Os associados têm o direito de receber a gratificação. Vamos insistir em todas as instâncias para que essa injustiça seja corrigida”.

O vice-presidente Executivo, Márcio Gheller, também participou do encontro em que destacou a complexidade do judiciário brasileiro, uma vez que os valores a serem pagos já foram objeto dos mais variados recursos propostos pela União, que foi vencida em todos os seus argumentos, em todas as instâncias judiciais. Tais valores, devidos aos exequentes, já foram depositados, mas se encontram bloqueados por decisão judicial. “O momento é duro, mas não podemos perder o foco para acelerar o desbloqueio dos precatórios e seu resgate pelos associados.”

A ANFIP reitera que o processo está em sua fase final e que conta com a sensibilidade do Judiciário para que, dentro das prioridades legais, a Entidade obtenha sucesso no desbloqueio dos precatórios.

ANFIP adota *home office* e mantém atendimento a associados

Em virtude do cenário apresentado pelas autoridades sanitárias em relação à propagação do coronavírus, a ANFIP, que inicialmente trabalharia em horário reduzido, decidiu suspender as agendas externas e os atendimentos

presenciais feitos na sede da Associação.

No entanto, as atividades internas continuam e o atendimento às demandas dos associados será mantido neste período. A Entidade passa a adotar o sistema de *home office*

como forma de preservar a saúde de seus colaboradores e prestadores de serviços.

Os setores continuarão funcionando em horário comercial via e-mail, telefone e whatsapp, conforme contatos especificados abaixo.

Geral

0800 701 6167 (exceto celular)
(61) 3251-8100
(61) 98366-5999 (whatsapp)
administracao@anfip.org.br

CDOC

ouvidoria@anfip.org.br

Jurídico

juridico@anfip.org.br
3004-9197
(61) 98176-9051 (whatsapp)
Ramais: (61) 3251-8122/8123/
8125/8126/8132/8134

Serviços Assistenciais (convênios e Unimed)

assistenciais@anfip.org.br
3004-9196
(61) 98366-6006 (whatsapp)
Ramais: 8103/8108/8143

Cadastro

cadastro@anfip.org.br
(61) 99938-4548 (whatsapp)
Ramal: 8167

Comunicação Social

comunicacao@anfip.org.br
(61) 98289-5150 (whatsapp)
Ramais: 8129/8130/8131

Informática

informatica@anfip.org.br
(61) 99665-1297 (whatsapp)

Secretaria

secretaria@anfip.org.br
(61) 98151-7925 (whatsapp)
Ramais: 8140/8141/8145

Protocolo

protocolo@anfip.org.br
(61) 99876-4514 (whatsapp)

Presidência

presidencia@anfip.org.br

Associados devem ficar atentos a golpes envolvendo o coronavírus



Além das várias notícias falsas que circulam nas redes sociais e grupos de whatsapp sobre o novo coronavírus, a população agora tem que enfrentar também os golpes que estão sendo

aplicados por estelionatários diante do delicado momento social.

Algumas mensagens divulgadas pelo whatsapp prometem auxílio a aposentados do serviço público,

beneficiários do INSS, do Bolsa Família, assim como a distribuição de álcool em gel e máscaras. São falsas! Ao clicar no link enviado, o golpista solicita o preenchimento de informações pessoais para ter acesso ao benefício ou produto oferecido. NÃO FORNEÇA DADOS PESSOAIS em qualquer hipótese.

Os associados precisam ficar atentos com todos os links recebidos sobre o assunto. Não clique em tudo que chega, principalmente se desconhece a procedência, e não compartilhe. Antes de abrir qualquer arquivo, cheque nas páginas oficiais do governo ou de empresas indicadas na mensagem se elas tratam publicamente do conteúdo abordado.

Em rede social, ANFIP debate soluções para a crise

O programa RS em Pauta, da RS Rádio, recebeu, em live no seu perfil no Facebook, na terça-feira (31/3), o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo, e o assessor de Estudos Socioeconômicos da Entidade, Vilson Romero, para um bate-papo web sobre alternativas de combate à crise econômica gerada pela pandemia da Covid-19 no Brasil.

O apresentador Heverton Lacerda, ao lado do jornalista Luiz Augusto Kern, trouxe como ponto principal do debate a importância de mudanças no sistema tributário contribuírem para a melhoria das contas públicas. Cesar Roxo citou o trabalho conjunto de ANFIP e Fenafisco, que objetiva alterar o sistema tributário para reduzir a desigualdade social. “Hoje, há uma grande carga sobre o consumo no país, e pouca tributação sobre o patrimônio. Isso se reflete diretamente na receita do Estado. Nesse momento de crise, nós estamos retomando de forma incisiva a questão da reforma tributária. O Brasil precisa de medidas que melhorem a arrecadação”.

Segundo Cesar Roxo, de forma geral, os entes federativos vão ter gastos muito acima dos previstos, portanto, os modos de arrecadação devem ser revistos. “O orçamento da União para a saúde era de R\$124 bilhões para este ano, que já fecharia com deficit antes mesmo do novo coronavírus. Agora, diante das medidas do Ministério da Economia, há um salto para cerca de R\$ 200 bilhões”. Número que, segundo ele, demonstra a necessidade de o governo investir na economia, assim como os demais países atingidos pela doença têm feito.



Na conversa, Cesar Roxo destacou parte da proposta que será entregue aos parlamentares e à sociedade. “Reforçamos a tributação sobre grandes fortunas, redução da carga tributária sobre a folha de pagamento e das contribuições do Sistema S, além do empréstimo compulsório que teria efeito já em 2021, por exemplo”.

O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Romero, reforçou que a crise deve ser vista sob uma perspectiva social. “Temos instalada uma grave crise sanitária, que necessita de um investimento muito alto por parte do Brasil e dos brasileiros. Não podemos esquecer que devem ser seguidas as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) que tem embasamento técnico para nos manter em quarentena e estado de calamidade pública. Por isso, uma das barreiras que temos que flexibilizar ou eliminar é a regra do Teto de Gastos que deve ser reavaliada.”

Vilson Romero diz que, com a economia parada, há também

necessidade de alívio tributário. “Empresas e pessoas físicas vão ter de passar por um processo de desoneração ou adiamento de compromissos tributários. Os pobres e os informais, no desalento, precisam sobreviver. O coronavoucher de R\$ 600 que o governo vai liberar aos que mais necessitam ainda não é o suficiente. O que não dá é o governo querer deixar essa conta nas costas do servidor público”. O assessor explica que segurar o caixa ou postergar o pagamento dos servidores públicos não é solução, é agravamento de crise.

Romero lembrou ainda que parte do funcionalismo do RS sequer recebeu o 13º salário do ano passado. Diante deste cenário, os representantes da ANFIP esperam que as propostas como as que serão apresentadas pelo Fórum Nacional do Fisco e pelo Fonacate sejam acolhidas como contribuições à recuperação da economia nacional e preservação da vida de nossos idosos e mais pobres.

Recadastramento de aposentados e pensionistas está suspenso; pagamentos continuam

Como medida de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, o governo publicou no Diário Oficial do dia 18 de março a Instrução Normativa nº 22/20, suspendendo por 120 dias a

exigência de recadastramento anual de aposentados, pensionistas e anistiados civis, referente aos processos dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC).

Mesmo com o prazo de

recadastramento suspenso, os proventos ou pensões continuarão sendo pagos normalmente. Portanto, atenção para as orientações das autoridades de saúde de permanecer em isolamento social, evitando aglomerações.

RFB estende prazo para entrega da declaração do IRPF

O Ministério da Economia publicou na quarta-feira (1º/4) a Instrução Normativa nº 1.930, que prorroga por mais dois meses o prazo para a entrega da declaração de Imposto de Renda

de Pessoa Física (IRPF). O prazo, que terminaria em 30 de abril, passa a ser até 30 de junho.

Em entrevista coletiva, o secretário da RFB, José Tostes Neto, explicou que

o motivo do adiamento é a dificuldade de os contribuintes reunirem os documentos necessários para fazer a declaração, devido às medidas de isolamento social por causa da pandemia da Covid-19.

NOS ESTADOS

RS: Agafisp prorroga atendimento virtual até 15 de abril

A Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, Agafisp, comunica que os atendimentos presenciais continuam suspensos até dia 15 de abril. A medida atende às recomendações das autoridades sanitárias acerca da prevenção de contaminação e proliferação pelo novo coronavírus, que provoca a doença Covid-19.

Assim, a diretoria da Agafisp decide:

a) Não haverá atendimento presencial na sede da entidade sita à

Rua Siqueira Campos, 1171, 11º andar, Centro – Porto Alegre (RS);

b) Há plantão telefônico diário das 9h às 18h, pelos fones (51) 3224-4355 e (51) 99342-5296, com Jahuna ou Rita; e

c) As informações e solicitações devem ser efetuadas pelo e-mail agafisp@agafisp.org.br ou pelo aplicativo whatsapp – (51) 99342-5296.

Plantão do Imposto de Renda

No mesmo período, o plantão de

auxílio no preenchimento da Declaração de Ajustes do IRPF será somente com atendimento escrito, pelo whatsapp (51) 99373-6399 ou pelo e-mail joseamilton.freire@gmail.com.

Tais medidas, a serem reavaliadas a qualquer tempo, objetivam preservar a saúde e reduzir, ao máximo, as possibilidades de contágio da pandemia de Covid-19 em todo o quadro social, colaboradores e prestadores de serviço.

RJ: ANFIP-RJ suspende atendimento presencial até dia 14 de abril

Considerando os apelos das autoridades de saúde pública para que as pessoas permaneçam em casa em razão da proliferação do novo coronavírus, a ANFIP-RJ permanecerá fechada por mais 15 dias. As atividades presenciais ficam suspensas até o dia 14 de abril.

As medidas foram tomadas em caráter preventivo, com o objetivo de resguardar a saúde dos associados, funcionários e familiares, até que a situação do país se estabilize. A contribuição da sociedade é fundamental para superar este momento.

Os atendimentos por telefone continuarão acontecendo. Os associados podem entrar em contato com a Associação nos seguintes números: (21) 99464-6911, (21) 99452-9761 e (21) 96502-2287.

SC: Auditores de SC realizam ação solidária

No momento em que muitas famílias se encontram sem fontes de renda, devido ao isolamento social para conter a propagação da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, as entidades representativas dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil em Florianópolis (SC) realizam ação solidária conjunta.

A ANFIP-SC, DS Florianópolis (Sindifisco Nacional) e Unafisco Associação, em comunicado,

se comprometeram a aportar, inicialmente, o valor de R\$ 1.000 cada entidade, pelos próximos três meses.

As entidades também solicitam apoio dos Auditores Fiscais à campanha. Os interessados em ajudar, independente do seu estado de origem, podem contribuir com o valor individual de R\$ 50, que serão utilizados na compra de cestas básicas a serem distribuídas à população carente.

A entrega dos produtos será

implementada por entidades da Grande Florianópolis, indicadas pelos Auditores Fiscais.

Para contribuir, basta realizar o depósito na seguinte conta bancária:

Banco Brasil

Agência 16-7

Conta corrente 108757-6

CNPJ 03.657.699/0035-02

As entidades antecipam os agradecimentos a todos que puderem ajudar com esta justa e necessária campanha.

ANFIP-DF adia eleições para conselhos Executivo e Fiscal

A ANFIP-DF, no exercício de suas funções estatutárias, bem como considerando a necessidade de medidas de prevenção para a contenção do coronavírus, comunica a todos os associados que, em decisão conjunta com o Conselho Executivo e Conselho Fiscal, fica adiada, por

tempo indeterminado, a publicação do EDITAL de convocação para Eleição do Conselho Executivo e Conselho Fiscal, para o biênio 2020 a 2022.

As eleições aconteceriam, na forma regimentalmente prevista, no último dia da primeira quinzena de abril do corrente ano.

Logo após cessarem as medidas de enfrentamento para emergência de saúde pública, decretadas pelo governo federal e estadual, a ANFIP-DF, após nova avaliação, comunicará a todos o restabelecimento das ações para prosseguimento do processo eleitoral.

Agência Servidores e ANFIP promovem Live sobre ações contra crise fiscal

A Agência Servidores, em parceria com a ANFIP, promove nesta segunda-feira, dia 6 de abril, a transmissão “LIVE EM 30 MINUTOS”, às 11 horas no Facebook da Agência, com o tema “Saídas para a Crise: Propostas dos Auditores Fiscais e Carreiras de Estado”.

Participarão da Live o vice-presidente de Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, e Vilson Romero, assessor de Estudos Socioeconômicos, ambos da ANFIP. A moderação será do jornalista Sergio Lerrer.

Acompanhe a transmissão e envie sua pergunta! As dúvidas podem ser enviadas nos comentários da página no Facebook, durante o vídeo, e respondidas ao vivo.

LIVE 30 minutos
Saídas para a Crise:
Propostas dos Auditores Fiscais e das Carreiras de Estado

César Machado,
Vice-Presidente de Assuntos Tributários da Anfip

Vilson Romero,
Coordenador de Estudos Socioeconômicos da Anfip

Facebook Agência Servidores www.facebook.com/agenciaservidores

BENEFÍCIOS

Jusprev oferece planos especializados 100% on-line

A Jusprev nasceu da união de mais de 90 Associações para oferecer, com segurança e transparência, benefícios previdenciários aos seus associados e familiares. O momento atual é desafiador e a Jusprev quer reforçar o compromisso perante as Associações Instituidoras e, mais do que nunca, fortalecer a parceria.

Como medida de segurança, objetivando preservar a saúde dos colaboradores, consultores previdenciários e participantes, a Jusprev está em trabalho remoto, desenvolvendo as atividades com competência, seriedade e transparência, princípios que sempre nortearam a entidade.

Os consultores são extremamente preparados para atender às carreiras congregadas pela Jusprev, com os quais os associados que já são participantes podem rever seu plano e as coberturas contratadas, e, os que ainda não fazem parte da família Jusprev, podem conhecer o plano de benefícios que foi criado especialmente para atender às Carreiras Jurídicas Públicas e de Auditoria Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Diante das incertezas que o presente traz, continue contando com a Jusprev para cuidar do futuro de seus associados e familiares.

SUL e CENTRO-OESTE

Alexandre dos Santos
41 9 9914-5240
alexandreconsultoria@jusprev.org.br

SUDESTE

Carolina Dutra
31 9 8237-8484
carolinaconsultoria@jusprev.org.br

NORDESTE

Telma Costa
85 9 9984-7081
telmaconsultoria@jusprev.org.br

NORTE

Fabio Roger
91 9 9288-8181
fabioconsultoria@jusprev.org.br

Atendimento ANFIP

Zuleide Miranda
61 9 9655-8978
zuleide@anfip.org.br

Clube de Vantagens da ANFIP oferece produtos esportivos com até 60% de desconto

Pensando no bem-estar dos associados da ANFIP, o Clube de Vantagens da Associação oferece descontos especiais nas compras on-line. São produtos e artigos esportivos com descontos reais

que podem chegar até 60% nas melhores lojas e todas com entrega em todo o Brasil. Aproveite os benefícios acessando o site: <https://anfip.temvantagens.com.br/login>. Economize sem sair de casa!

